

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☐ **PERGUNTA** Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Câmara Municipal de Cascais apresentou a proposta de fusão entre os Agrupamentos de Escolas de Alcabideche e Agrupamento de Escolas da IBN Mucana, na sequência do processo de revisão da Carta Educativa. O Ministério da Educação aceitou profundas alterações propostas, mas não a fusão – mantendo os dois agrupamentos.

No entanto, o Ministério declarou que iria proceder à alteração da tipologia do AE de Alcabideche para agrupamento horizontal. O edificado da atual sede de agrupamento, assim como as turmas do 2.º e do 3.º ciclo da AE de Alcabideche passam para o AE IBN Mucana, enquanto a direção do AE Alcabideche, assim como os docentes de quadro do agrupamento, são mantidos.

O PCP considera que esta solução não é adequada às necessidades educativas e coloca em causa os projetos educativos que são desenvolvidos, em particular, no AE de Alcabideche. Além disso, podem ser colocados em causa os direitos dos trabalhadores, nomeadamente dos professores. A manterem-se no quadro do AE Alcabideche, que deixa de ter turmas do 2.º e do 3.º ciclo, 38 professores com dezenas de anos de serviço e alguns com mais de 30 anos na Escola básica 2+3 de Alcabideche vão ficar com horários de zero horas.

Esta proposta do executivo da CM Cascais, à qual o PS se juntou, tanto ao nível do município como ao nível do Governo, não serve os interesses da comunidade educativa destes dois agrupamentos, não defende os direitos dos trabalhadores, sejam professores ou profissionais de apoio educativo, coloca em causa os projectos educativos que estão em desenvolvimento.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.ª Ex.ª que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Educação, o pedido de resposta às seguintes questões:

1 – Que medidas vai o Governo tomar para que os 38 professores não passem para horários zero e sejam severamente prejudicados na sua vida profissional? Vai o Governo tomar medidas para garantir a estabilização do seu vínculo sem perda de antiguidade e de direitos?

2 - Como se vai processar a colocação de professores das turmas de 2.º e 3.º ciclo do AE da IBN Mucana?

3 – Que garantias há para a continuação do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), do 1.º e 2.º Ciclo (misto) e 3.º ciclo que até aqui era desenvolvido pelo Agrupamento de

Escolas de Alcabideche?

4 – Que garantias há para a continuação do curso de Educação e Formação de Adultos no Estabelecimento Prisional do Linhó que até aqui era desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Alcabideche?

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2019

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)

RITA RATO(PCP)